



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2022.

APOSTILA 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2022 (EVENTO N. [0821445](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI TRE-RO N. [0002411-22.2021.6.22.8000](#)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 06/2022

Apostila n. 01 ao CONTRATO TRE-RO n. 11/2022 (evento [0821445](#)) celebrado entre a União, por meio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, CNPJ 04.565.735/0001-13, e a Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, CNPJ 61.600.839/0001-55, para prestação de serviço de agenciamento de estágio de estudantes de nível médio e superior.

O Ilustríssimo Senhor Diretor Geral em Substituição do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, no uso de suas atribuições legais, por meio do DESPACHO Nº 787/2023 - PRES/DG/GABDG, de 11/07/2023 (evento [1032944](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento na com fundamento na Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)) e na Portaria n. 177/2023/GABPRES (evento [1021418](#)), para:

I – Registrar o novo valor do auxílio-bolsa para estagiários, que passam a ser de **R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) para o estágio de nível médio, com jornada de atividades de 5 horas diárias e 25 horas semanais, e de **R\$ 1.300,00** (um mil e trezentos reais) para o estágio de nível superior, com jornada de atividades de 5 horas diárias e 25 horas semanais, conforme Portaria n. 177/2023/GABPRES (evento [1021418](#)).**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Em decorrência da atualização do valor do auxílio-bolsa os novos valores representam o percentual de **39,46%** (trinta e nove inteiros e quarenta e seis centésimos) sobre o valor anteriormente pago para custeio da bolsa estágio de **nível Médio** e o percentual de **41,43%** (quarenta e um inteiros e quarenta e três centésimos) para custeio da bolsa estágio de **nível Superior**.

III - Esta atualização tem efeitos financeiros a partir de **1º/07/2023 até 31/10/2023**, e o total estimado de despesas com o auxílio-bolsa estágio durante esse período é de **R\$ 105.040,00 (98.800,00 + 6.240,00)**, conforme tabela demonstrativa abaixo:

Mês	Valor Bolsa de Estágio Superior sem reajuste	Valor Bolsa de Estágio Médio sem reajuste	Valor Bolsa de Estágio Superior com reajuste de 41,43 %	Valor Bolsa de Estágio Médio com reajuste de 39,46 %	Qt. Superior	Qt. Médio	Estimado Superior	Estimado Médio	Estimado Auxílio Transporte	Estimado Agente de Integração	Custo estimado mensal do Contrato
Julho	R\$ 919,20	R\$ 559,30	R\$ 1.300,00	R\$ 780,00	19	2	R\$24.700,00	R\$ 1.560,00	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 29.703,16
Agosto	R\$ 919,20	R\$ 559,30	R\$ 1.300,00	R\$ 780,00	19	2	R\$24.700,00	R\$ 1.560,00	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 29.703,16
Setembro	R\$ 919,20	R\$ 559,30	R\$ 1.300,00	R\$ 780,00	19	2	R\$24.700,00	R\$ 1.560,00	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 29.703,16
Outubro	R\$ 919,20	R\$ 559,30	R\$ 1.300,00	R\$ 780,00	19	2	R\$24.700,00	R\$ 1.560,00	R\$ 2.855,16	R\$ 588,00	R\$ 29.703,16
						Valor total	R\$ 98.800,00	R\$ 6.240,00	R\$ 11.424,64	R\$ 2.352,00	118.812,64



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fonte: Informação n. 55/2023-COEDE (evento [1023965](#) do Processo SEI respectivo) + ajustes da SECONT.

IV – O valor total do reflexo financeiro desta atualização do auxílio-bolsa é de **R\$ 30.706,40 (trinta mil setecentos e seis reais e quarenta centavos)**, para o período de vigência contratual.

V – Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.

VI - As despesas com esta atualização de valores do auxílio-bolsa correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 33.90.49 e 33.90.39, consoante Nota de Empenho 2023NE000190, 2023NE000191 e 2023NE000192 (reforços), todas de 12/07/2023 (eventos [1034290](#), [1034291](#) e [1034292](#)), a serem reforçadas durante a vigência contratual, caso necessário.

VII - O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 318.894,72.

VIII - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a **Contratada deverá oferecer**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, **complementação da GARANTIA**, no valor de R\$ 921,20 (novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da Cláusula Quinta do Contrato originário.

IX - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita e no Anexo I deste instrumento consta o resumo do histórico desta contratação.

XI - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Porto Velho/RO, 13 de julho de 2023.

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO

Diretor Geral em Substituição do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2022

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato TRE-RO n. 11/2022, assinado em 29/04/2022 – Volume XII do PA (evento n. 0821445). Vigência de 12 meses, a contar da assinatura, ou seja, de 29/04/2022 a 29/04/2023. Garantia: 3% do valor do instrumento.	R\$ 313.646,40	-
Termo Aditivo n. 1, assinado em _/03/2023 – Volume XV	R\$ 5.248,32	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>do PA (evento n. 0984394).</p> <p>I – Registrar o reajuste do valor do auxílio transporte;</p> <p>II – alterar a redação do item II da Cláusula Quarta para constar valor “diário” do auxílio transporte; e</p> <p>III – incluir subcláusula na cláusula quarta para constar que os próximos reajustes de auxílio transporte serão fixados no TRE-RO somente por meio de Portaria da Presidência.</p> <p>Garantia: 3% do valor do instrumento.</p>		
<p>Termo Aditivo n. 2, assinado em 28/04/2023 – Volume XVI do PA (evento n. 1001631).</p> <p>I – Prorrogação contratual por 6 meses, de 30/04/2023 a 31/10/2023.</p> <p>Garantia: 3% do valor do instrumento.</p>	R\$ 132.183,36	-
<p>Apostila n. 1, assinada em __/07/2023 – Volume XIX do PA (evento n. 1034433).</p> <p>I – Registrar a atualização do valor do auxílio-bolsa.</p> <p>Garantia: 3% do valor do instrumento.</p>	R\$ 30.706,40	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 13/07/2023, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1034433** e o código CRC **F24C538D**.

0002411-22.2021.6.22.8000

1034433v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO - COEDE

ASSUNTO: Minuta de Apostila - Contrato n. 11/2022 - Objeto: Serviços de
agenciamento de estágios de nível médio e superior - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 132 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação do **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE** para a prestação de serviços de agenciamento de estagiários, por meio de Agente de Integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior, para realizarem estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO n. 06/2017 e Portaria n. 464/2017, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 11/2022 ([0821445](#)), o qual se encontra em plena vigência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Por intermédio da solicitação contida no evento ([1006314](#)), a COEDE, unidade gestora do contrato, solicitou à SGP o aumento dos valores da bolsa-auxílio oferecida aos alunos do ensino médio e superior apresentando as seguintes justificativas:

Senhor Secretário de Gestão de Pessoas,

Considerando a baixa procura de estudantes pelas vagas de estágio ofertadas por este Tribunal Regional Eleitoral;

Considerando que os valores da Bolsa-Auxílio estão defasados em comparação aos demais órgãos públicos de nosso estado e que não são reajustados desde o ano de 2016;

Reitera-se, por meio deste, a solicitação de aumento dos valores da bolsa-auxílio oferecida aos alunos do ensino médio e superior, constante no evento [0977337](#), conforme abaixo:

1. O reajuste do bolsa-auxílio para estudantes do ensino superior de R\$ 919,20 (novecentos e dezenove reais e vinte centavos), **para R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)**;
2. O reajuste do bolsa-auxílio para estudantes do ensino médio de R\$ 559,30 (quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), **para R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais)**, correspondendo, desta forma, a 60% do valor do bolsa-auxílio do ensino superior.

03. Por sua vez, o Secretário de Gestão de Pessoas em Substituição, mediante o despacho n. 201/2023 ([1006492](#)), ratificou o pleito e submeteu o pedido à Diretoria-Geral para consideração.

04. Em continuidade ao procedimento, a Diretoria Geral remeteu o feito à SAOFC para manifestação da viabilidade do pedido e verificação de disponibilidade orçamentária ([1008453](#)).

05. O SAOFC, para necessária instrução do pedido de solicitação de aditivo ao Contrato n. 11/2022, encaminhou os autos à COFC para informar a disponibilidade orçamentária para custeio da despesa com o possível reajuste do auxílio-bolsa de estudos de nível superior e nível médio ([1009209](#)).

06. A COFC juntou ao processo os saldos empenhados ([1009523](#)) e o SAOFC solicitou à COEDE que informasse o valor total necessário para custeio da despesa no exercício financeiro de 2023 ([1009534](#)).

07. Por conseguinte, a COEDE informou que para o custeio da despesa com o Programa de Estágio no exercício financeiro de 2023, seria necessário o empenho de R\$ 75.108,14 (setenta e cinco mil cento e oito reais e quatorze centavos) e que o valor já estava disponível no orçamento de 2023, além do valor de R\$129.788,48 (cento e vinte e nove



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mil setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), que já estavam empenhados ([1010737](#)).

08. Por meio da manifestação n. 204/2023 ([1010995](#)), o SAOFC, consoante as informações orçamentárias levantadas, **manifestou-se favoravelmente** em relação ao reajuste solicitado pela unidade demandante ([1006314](#)).

10. A programação orçamentária da despesa foi juntada no evento ([1011212](#)), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

11. Assim, a COEDE trouxe ao processo Minuta de Portaria dispondo sobre o aumento do valor da bolsa do Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([1012741](#)).

12. Ato contínuo, a Diretoria Geral manifestou-se favoravelmente ao reajuste do auxílio-bolsa de estudos paga aos estagiários de nível superior e de nível médio, com a consequente expedição de portaria, nos termos da minuta apresentada (evento [1012741](#)), com vigência a partir de 1º de julho de 2023, e submeteu o feito à Presidência deste Tribunal ([1017009](#)).

13. Ratificando o procedimento, o Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal assinou e fez publicar a Portaria nº **177/2023 PRES/GABPRES** dispondo sobre o aumento do valor da bolsa do Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([1021418](#)).

14. Nessa esteira, o SAOFC determinou, por meio do Despacho n. 1238/2023 ([1021996](#)), a remessa do processo à SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo e após à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico e análise da minuta do termo aditivo.

15. A COEDE juntou ainda informação com a estimativa de desembolso financeiro com o contrato de estágio para os meses de junho a outubro de 2023 ([1023965](#)), sendo posteriormente retificada pela informação ([1024382](#)).

16. Por fim, a SECONT trouxe ao processo a minuta do Termo Aditivo juntada no evento ([1024573](#)), desconsiderada e substituída posteriormente pela Minuta de Apostila n. 01 ([1025790](#)), conforme remessa ([1025792](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

17. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0002411-22.2021.6.22.8000) até a presente data.

18. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

19. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

20. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

21. Preliminarmente, registra-se que a pretensão inaugurada pela COEDE foi devidamente atendida pela Autoridade Superior, consoante publicação da **Portaria 177/2023** ([1021418](#)). Assim, cabe a esta Assessoria tão somente analisar a minuta de Apostila constante do evento ([1025790](#)).

22. Nestes termos, importante inicialmente discorrer sobre a possibilidade legal para que a atualização da **bolsa auxílio**, introduzida pela Portaria 177/2023 ([1021418](#)), possa ser registrada por meio de Apostila, nos termos do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e na linha do Parecer Jurídico ([0119551](#)) prolatado no âmbito do processo 0001011-80.2015.6.22.8000.

23. Segundo os ensinamentos do Prof. Jessé Torres Pereira Júnior, são passíveis de registro por simples apostila aquelas hipóteses que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não constituem alteração do objeto do contrato, ou seja, “não lhe transtornam a substância, nem lhe afetam o equilíbrio econômico-financeiro”. Ainda de acordo com o ilustre doutrinador, ***“as modificações incidentais acaso introduzidas não inovam o acordado; ao contrário, confirmam o seu sentido e conteúdo, apenas adaptando-se às circunstâncias que envolvem a execução das respectivas prestações”*** (grifou-se).

24. Por seu turno, Renato Geraldo Mendes, ao estabelecer a distinção entre apostilamento e termo aditivo, aduz que:

"Apostilar é registrar, fazer anotação. É o termo utilizado para designar a anotação que se deve fazer nos autos do processo administrativo de que determinada condição do contrato foi atendida, sem ser necessário firmar termo aditivo. Quando houver alteração nas condições e cláusulas do contrato, é necessário firmar termo aditivo, justamente porque houve inovação nas bases contratuais. "O aditivo traduz-se na inclusão de algo novo e que não constava no instrumento do contrato ou na exclusão de algo já previsto. Então, o termo aditivo é o documento que serve para materializar uma alteração contratual. **O apostilamento é apenas o registro do implemento de uma condição que estava prevista no contrato.** Assim, quando se concede o reajuste do preço previsto no contrato, o percentual respectivo e o novo valor do contrato devem ser formalizados via apostilamento, e não por termo aditivo, pois a cláusula de reajuste e o índice a ser utilizado já estavam mencionados no contrato. No entanto, se for substituído o índice de reajuste previsto em face de uma condição legal admitida, a alteração deve ser formalizada por termo aditivo, e não por apostilamento. Da mesma forma, por exemplo, se a data de pagamento for alterada do dia 10 para o dia 15, é necessário que a formalização seja feita por aditivo, e não por apostilamento, pois, nesse caso, à semelhança do anterior, houve modificação dos termos contratuais. O apostilamento é ato unilateral e, para ser formalizado, não necessita da concordância do contratado nem da comunicação a ele. O termo aditivo, por sua vez, pode ser tanto unilateral como bilateral."

(...)

25. Assim, nos termos da Lei nº 8.666/93, as hipóteses em que é admitido o uso da apostila são as previstas no art. 65, § 8º, da referida norma, *in verbis*:

“Art. 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, **as atualizações**, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, **não caracterizam alteração do mesmo**, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento”.

26. Pela leitura da norma acima transcrita e da doutrina estampada, verifica-se que a lei não considera alteração contratual meras adaptações circunstanciais e atualizações, autorizando que sua ocorrência possa ser registrada nos assentamentos administrativos por apostila.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. No caso em análise, a referida despesa com o auxílio bolsa é indenizada aos estagiários por meio do repasse por parte deste Regional ao agente comissionador contratado. De notar-se que o ajuste administrativo estabelece expressamente à Administração Contratante a obrigação do pagamento não só do comissionamento pela prestação dos serviços, mas também dos valores da bolsa de estágio e do auxílio-transporte. Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

...

4. Pagar os serviços prestados pelo Agente de Integração, mediante comprovação da prestação de serviços;

5. Repassar ao Agente de Integração os **valores referentes à bolsa dos estagiários e ao auxílio transporte**;

...

28. Ante o exposto, esta Assessoria entende possível a presente atualização pela via do apostilamento, visto que o repasse do valor do auxílio bolsa dos estagiários já é realizado pela administração contratante à contratada, com previsão contratual na CLÁUSULA DÉCIMA, item 5 do contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), não constituindo **alteração quantitativa ou qualitativa**, correspondendo assim a mera **medida de assentamento burocrático**, nos termos do disposto no **Acórdão TCU 7487/2015-Primeira Câmara**.

IV - ANÁLISE DA MINUTA DE APOSTILA

29. Como já relatado, juntou-se aos autos a minuta da Apostila n. 01 ao Contrato n. 11/2022 ([0973586](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Nota-se que o referido instrumento disciplinou no item VIII, a obrigação de atualização da garantia contratual. Assim, deverá a contratada ser notificada para apresentar complementação da garantia de 3% (**três por cento**) correspondente ao novo patamar financeiro do contrato informado na minuta ([1025790](#)), no valor de R\$ 921,20 (novecentos e vinte e um reais e vinte centavos).

V - CONCLUSÃO

30. Pelo exposto, com lastro nos autos e fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste Parecer, nas informações da unidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gestora do contrato, além da notícia de existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente (1011212), esta Assessoria Jurídica, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**:

a) APROVA os termos da referida minuta de apostila n.01 juntada ao processo no evento ([1025790](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados. Enfatize-se a necessária atualização da garantia contratual, já sistematizada no item VIII da referida minuta, com previsão na CLÁUSULA QUINTA do contrato originário.

Ademais, verifica-se a comprovada disponibilidade orçamentária ([1011212](#)) para o custeio da despesa, conforme já registrado no **item 28 deste parecer**.

31. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inábil legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a), em 26/06/2023, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1026017** e o código CRC **1008F6A0**.

0002411-22.2021.6.22.8000

1026017v24



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Atualização mediante Apostila ao Contrato n. 11/2022 - objeto: serviços de agenciamento de estagiários de nível médio e superior.

DESPACHO Nº 787 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação do **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE** para a prestação de serviços de agenciamento de estágio de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio e superior, para realizarem estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO n. 06/2017 e Portaria n. 464/2017, conforme registrado no Contrato Administrativo n. 11/2022 ([0821445](#)), o qual se encontra em plena vigência.

Mediante a Informação n. 56/2023 ([1024382](#)), a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE (gestora do contrato), noticia a necessidade de realizar atualização do contrato, tendo em vista a prorrogação do prazo de vigência do **Contrato n. 11/2022** ([1001631](#)) por mais 6 (seis) meses, a contar de 30/04/2023, bem como o reajuste do valor da bolsa para estagiários do ensino médio e superior, fixado pela Portaria nº 177/2023 ([1021418](#)).

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, através do Despacho n. 1238/2023 ([1021996](#)), determinou: à SECONT a elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico.

A SECONT elaborou a minuta da Apostila n. 01 ([1025790](#)) e encaminhou à Assessoria Jurídica da SAOFC - AJSAOFC para análise ([1025792](#)).

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 132/2023 ([1026017](#)), entendeu possível a presente atualização pela via do apostilamento, visto que o repasse do valor do auxílio bolsa dos estagiários já é realizado pela administração contratante à contratada, com previsão contratual na CLÁUSULA DÉCIMA, item 5 do contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), não constituindo **alteração quantitativa ou qualitativa**, correspondendo assim a mera **medida de assentamento burocrático**, nos termos do disposto no **Acórdão TCU 7487/2015-Primeira**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Câmara. Aprovou os termos da minuta carreada ao processo no evento [1025790](#), em observância ao artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, bem como anotou a necessidade de notificação da contratada para apresentar complementação da garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no item VIII da minuta de Apostila contratual, com previsão na CLÁUSULA QUINTA do contrato originário.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento da atualização contratual, no percentual de 39,46%, sobre o valor anteriormente pago para custeio da bolsa estágio de **nível médio** e o percentual de **41,43%** (quarenta e um inteiros e quarenta e três centésimos) para custeio da bolsa estágio de nível superior; pela fixação do período da atualização financeira, com efeitos financeiros a partir de 1º/07/2023 até 31/10/2023; pela atualização dos valores do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), fixando seu novo valor em **481.784,48** (quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos); e pela complementação da garantia contratual, **no valor de R\$ 921,20** (novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor total da apostila, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da Cláusula Quinta do Contrato originário (Manifestação n. 251/2023 - evento [1026198](#)).

Por fim, verifica-se comprovada a disponibilidade financeira para custeio da despesa, conforme evento [1011212](#).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), seu artigo 191, combinado com o art. 193, permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este em que deveri ocorrer a revogação daquela lei. Contudo, foi prorrogado o prazo até 31/12/2023. Neste despacho manter-se-á a citação da lei antiga, por ser a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do bem lançado Parecer Jurídico nº 133/2023 ([1026631](#)) da AJSAOFC, este reajuste é decorrente da atualização do valor da **bolsa auxílio**, autorizada pela Portaria TRE-RO n. 177/2023 ([1021418](#)), e pode ser registrada por meio de Apostila, nos termos do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e na linha do Parecer Jurídico ([0119551](#)) prolatado no âmbito do processo n. [0001011-80.2015.6.22.8000](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Além disso, o Contrato Administrativo n. 11/2022 (0821445) estabelece expressamente que compete à Administração Contratante a obrigação do pagamento não só do comissionamento pela prestação dos serviços, mas também dos valores da bolsa de estágio e do auxílio-transporte. Senão vejamos:

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se o CONTRATANTE a:

...

4. Pagar os serviços prestados pelo Agente de Integração, mediante comprovação da prestação de serviços;

5. Repassar ao Agente de Integração os **valores referentes à bolsa dos estagiários** e ao auxílio transporte;

...

É oportuno ressaltar que a presente atualização pela via do apostilamento, é consequência natural do repasse do valor do auxílio bolsa dos estagiários já é realizado pela administração contratante à contratada, com previsão contratual na CLÁUSULA DÉCIMA, item 5 do Contrato n. 11/2022 (0821445), não constitui **alteração quantitativa ou qualitativa**. Assim, corresponde apenas ao registro do implmento de uma condição já prevista no contrato firmado entre as partes, nos termos do disposto no **Acórdão TCU 7487/2015**-Primeira Câmara.

Esta atualização terá efeitos financeiros a partir de 1º/07/2023 até 31/10/2023 e fixando o novo valor do Contrato n. 11/2022 em R\$ 318.894,72 (trezentos e dezoito mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos).

Além disso, conforme ressaltou a AJSAOFC, em cumprimento à **CLÁUSULA QUINTA** do contrato, **deverá a contratada complementar a garantia contratual**.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando a delegação constante do artigo 1º, II, da Portaria TRE-RO nº 66/2018:

a) Autorizo a atualização do Contrato Administrativo nº 11/2022, no percentual de 39,46% (trinta e nove inteiros e quarenta e seis centésimos) sobre o valor anteriormente pago para custeio da bolsa estágio de **nível médio** e o percentual de 41,43% (quarenta e um inteiros e quarenta e três centésimos) para custeio da bolsa estágio de **nível superior**, com efeitos financeiros sobre a Contratação **a partir de 1º/07 até 31/10/2023**, com fulcro no art. 65, § 8º, da Lei n. 8.666/93, e ainda na Cláusula Décima, item 5 do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato Originário, nos termos da minuta de Apostila, já aprovada pela Assessoria Jurídica, constante do evento [1025790](#);

b) Determino a atualização do valor do Contrato nº 11/2022 ([0821445](#)), fixando seu novo valor em R\$ 318.894,72 (trezentos e dezoito mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos), devido ao impacto da atualização aplicada;

c) Determino a notificação da contratada para complementação da garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura da apostila**, no valor de **R\$ 921,20** (novecentos e vinte e um reais e vinte centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor total da apostila, conforme delineado no **item VIII da minuta de Apostila contratual**.

À SAOFC para prosseguimento e **verificação prévia** à assinatura da Apostila das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 11/07/2023, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1032944** e o código CRC **4A40E36F**.